

Purificação assassina

JOSÉ CARDOSO PIRES

Nos últimos anos da ditadura de Salazar publiquei, nas revistas «*Ésprit*», de Paris, e «*Index*», de Londres, o ensaio «*Técnica do Golpe de Censura*», que serviu de referência substancial a Alfonso Comin na sua «*Sociologia do Livro*» e de que, mais tarde, foram transcritos alguns excertos no suplemento de 1 de Dezembro de 1972 do jornal «*Die Zeit*».

Por razões óbvias, este estudo só pôde ser editado em Portugal depois da Revolução de 25 de Abril, e dessa vez resolvi dedicá-lo a um governador civil do regime deposto.

Porquê essa «homenagem», essa ironia, a um carrasco do passado?

Porque, por ordem daquele *gauleiter*, numa cerimónia cultural, a polícia política me proibiu antecipadamente de tomar a palavra, colocando, em intimidação ostensiva, alguns dos seus agentes ao fundo da sala. Perante isso, eu, que não tinha o menor propósito de intervir naquela sessão, vi-me forçado a denunciar em voz alta de protesto a proibição que o governador fascista acabava de me comunicar. Dez anos mais tarde, tornei a lembrá-lo, dedicando-lhe as minhas reflexões sobre a Censura, «porquê», escrevi eu então, «proibindo-me de ter voz, esse carrasco iletrado, me obrigara a falar de liberdade».

Antes da Democracia da Revolução dos Cravos, Portugal, com 420 anos de Censura em cinco séculos de Imprensa, representava uma experiência cultural à taxa de 84% de repressão. Um passivo desta ordem não se vence por inteiro se a liberdade de expressão, acabada de conquistar, não assumir uma serenidade corajosa perante os seus exageros iniciais; se os não enfrentar como acidentes da aprendizagem da democracia; se, finalmente, não acompanhar o direito à comunicação com um avanço acelerado da cultura. Por mim, continuo a admitir que no inconsciente cultural dum país dominado por tantos séculos de repressão, como o meu, a Censura se encontra em hibernação profunda mas não morta de vez.

Claro, hoje ela é uma violência desnecessária para a estabilização do poder, está mais que provado. Uma mascarada tão ridícula e assassina como Pinochet ou como qualquer fundamentalista de qualquer religião. Mas já foi «um mal necessário» para os membros do Santo Ofício salazarista, e essas marcas fanáticas renascem à primeira oportunidade.

Implantada, como medida de excepção e a título transitório, a nossa durou enquanto durou o regime, e sem regras nem limitações que a tornassem discutível. «Le censurable et le censuré ne pouvaient pas être l'object d'un jugement scientifique», observou André Glucksmann — e na verdade, sem diploma preciso e sem sistematização de rigor, a Censura disputava de todas as subjectividades para tornar in-

contestáveis as suas decisões. Neste «*Index*» laico, a imprecisão da causa determinava a imprecisão do efeito, o carácter aleatório da pena. O censor lia muitas vezes a medo, como a medo escrevia o censurado. Funcionário subserviente, o polícia da palavra tinha o espectro da polícia política por cima dele e orientava muitas vezes a sua chacina cultural por superstição ou por preconceitos de ignorância.

Como objectivo-limite, a Censura do Estado Novo procurava instituir a autocensura e por isso era duma ferocidade acintosa em silenciar os jovens escritores. Por isso vi aprendida em poucas horas a antologia de prosadores universitários onde fiz a minha estreia literária, e tempo depois, ao publicar «*Histórias de Amor*» (um título declaradamente insignificante para fugir às atenções dos censores), não só o livro foi retirado das livrarias como fui detido pela polícia política. Experiência breve e insólita, aquela: duas noites e três dias sentado numa cadeira, sem qualquer acusação, sem interrogatório, sem nada. Apenas uma intimidação para cortar pela base um escritor que se iniciava. Como corolário final, algum tempo após a detenção fui convocado pela Comissão de Censura, que me propôs a libertação do livro desde que lhe eliminasse as passagens censuradas e desse uma nova redacção ao texto onde elas estavam enquadradas.

Autocensura, o objectivo era esse.

A verdade é que, embora com relutância, na quase totalidade da Imprensa esse vício já era uma prática corrente e, em 1961, Salazar, com o seu sadismo beato, anunciava a vitória: «Hoje em nossos jornalistas não precisam de censura porque actuaem segundo uma ética de comedimento e equilíbrio, como convém ao interesse nacional.» Assim mesmo. Ao contrário da Imprensa, o livro não tinha censura prévia, mas essa aparente independência destinava-se a manter o autor em *stress* contínuo perante a sua própria escrita e perante os prejuízos que ela poderia trazer ao editor. Anular o escritor, proibindo-o depois de publicado, e torná-lo inconveniente ao editor pelos

Antes da Democracia da Revolução dos Cravos, Portugal, com 420 anos de Censura em cinco séculos de Imprensa, representava uma experiência cultural à taxa de 84% de repressão.

riscos económicos que ele lhe trazia correspondia a sobrecarregar o livro com três censuras: a do autor, a do editor e a dos inquisidores oficiais.

Apesar disso, na literatura essa estratégia não resultou: de geração em geração, arrastando silêncios, proibições e períodos de prisão, uma longa procissão de escritores desfilou por esse *corpus* de naufrágio que foram os mi-▶

TEMA

► lhares e milhares de livros lançados à excomunhão da Censura.

Desde a autocensura individual à autocensura de grupo (centros culturais, bibliotecas de associações, boletins de empresas, etc.), toda a paisagem mental da Ditadura era percorrida por circuitos de policiamento da opinião. Criavam-se assim censuras paralelas às do Estado, inspiradas na subserviência ao regime, que nalguns casos atingiam o fanatismo grotesco. Um exemplo pessoal: nos primeiros anos da minha estadia em Londres escrevi «Dinossau-ro Excelentíssimo», uma fábula claramente biográfica do ditador Salazar que publiquei em 1972 numa empresa em desespero de falência. Dado o tema da obra, a editora arruinada jogava tudo por tudo com aquela publicação, e a verdade é que, por ironia do destino, os deuses a protegeram. Logo que apareceu em público, a obra levantou polémica na Assembleia dos Deputados, a propósito duma discussão sobre a liberdade de imprensa, e a Censura, para fazer prova do seu «liberalismo», viu-se impedida de a retirar do mercado e de condenar o seu autor.

A resposta punitiva veio das censuras paralelas, das bibliotecas de empresas e das clientelas do regime, boicotando o livro nas livrarias e nas áreas de influência.

Para as mentalidades totalitárias, o escritor que não se resume a um ornato do Poder é um falso prestígio que a Resistência alimenta, um inadaptação especulativo, uma excrescência mitômana. Silenciando-o, tomando-o animal à margem, presença incômoda, a Censura portuguesa e os braços civis que a serviam procuravam a «nula pax» duma cultura sem diálogo. Por isso a Escola não só elogiava a literatura

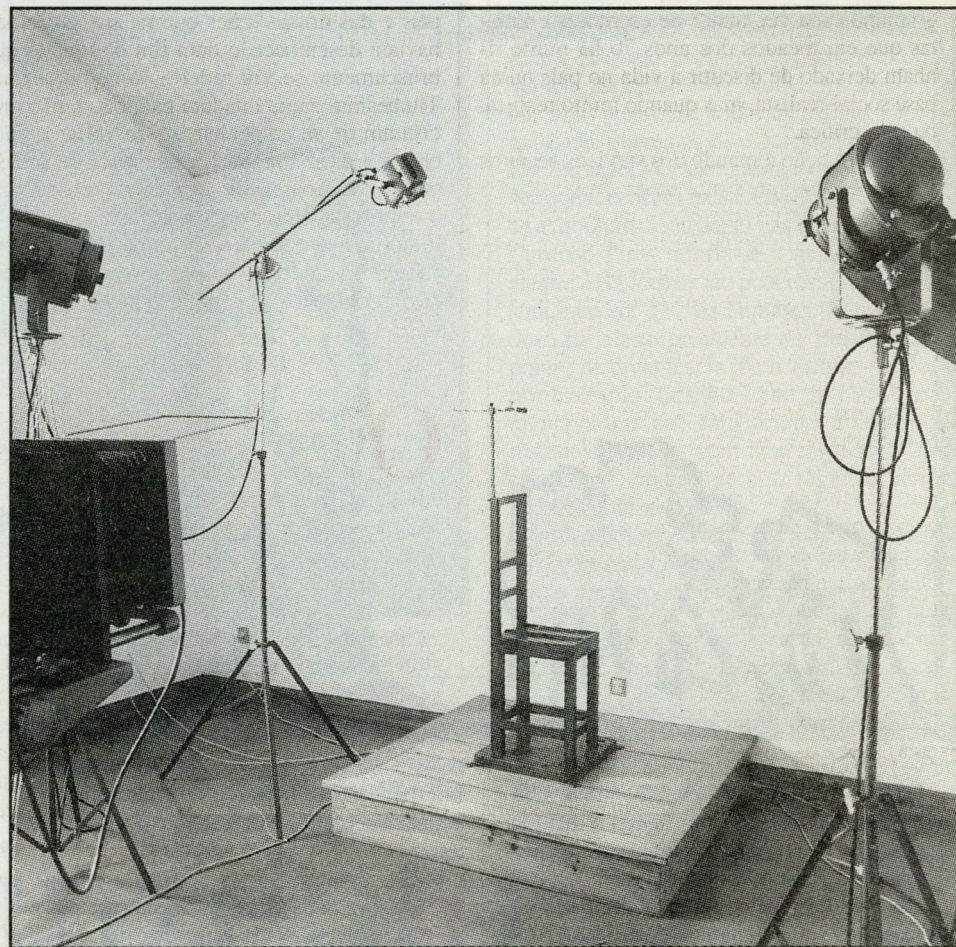
dos mortos e ignorava a dos vivos como privilegiava os autores estrangeiros para humilhação e descrédito das nacionais.

Mas amputar, suspender ou proibir os textos não bastava. Viciar o ensino da História ou da Literatura com programações fraudulentas também não. E o sonho-limite de uma literatura autocensurada mostrava-se inatingível ao fim de 40 anos de repressão. Foi então que um Torquemada das Letras, o subsecretário Paulo Rodrigues, criou uma censura secreta dentro da Censura oficial, um *Gabinete o Fantasma*, assim chamado, de organização altamente confidencial. Durante este consulado de terror, a Censura passou a inflectir directamente sobre o autor e não sobre o texto; procurava o detalhe individual e a provocação psicológica, impondo quarentenas injustificadas e de duração imprevisível a este ou àquele autor. Durante esse período o escritor em observação sabia-se excluído dos noticiários literários e até o seu nome era omitido na imprensa em geral. À crítica que lhe fosse desfavorável oferecia-lhe trânsito livre, à outra remetia-a aos arquivos do silêncio. Inversamente, ao literato do regime permitia-lhe o elogio e cortava a interpretação negativa. Assim, programando os manuais escolares, dicotomizando, silenciando, distorcendo, a Censura redigia, ela também, uma versão maldita da Literatura Portuguesa.

Da censura à morte civil vai um passo. Do terrorismo cultural à prisão dos homens de letras ou aos assaltos às livrarias e à Sociedade de Escritores outro passo, como se viu.

Apesar de tudo, estamos vivos, e o fascismo português, inimigo do livro e do diálogo, morreu sem um verso digno que o lembrasse.

Como disse Heinrich Heine, «quando se queimam os livros acabam por se queimar os homens».



Experiência breve e insólita, aquela: duas noites e três dias sentado numa cadeira, sem qualquer acusação, sem interrogatório, sem nada.